

Ausência de documentação e falta de infra-estrutura são os principais problemas.

No quarto dia de fiscalização integrada, iniciada dia 22/09, foram vistoriados 29 loteamentos em municípios da zona norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nesta quinta-feira (25/09) as equipes fiscalizam empreendimentos nos municípios de Matozinhos e Pedro Leopoldo.

Elisângela Aparecida Tonon, da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), coordenou durante o período desta manhã (25/09) a fiscalização no loteamento Manoel Brandão, em Pedro Leopoldo. Ela informa que o empreendimento não possui pavimentação, rede de esgoto, água e luz e foi implantado em cima de várias nascentes, o que é proibido pela legislação ambiental.

O loteamento Manoel Brandão também não possui autorização para o parcelamento do solo, fornecido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), nem licenciamento ambiental de órgãos municipais e estaduais. Foi lavrado um auto de fiscalização, com a descrição de todas as irregularidades e um auto de infração. O empreendedor tem 20 dias para apresentar sua defesa ou entrar com um processo de licenciamento ambiental corretivo.

Na tarde de quarta-feira (24/09), em Capim Branco os fiscais notificaram o empreendimento Represa Vile. O empreendimento de quase 800 mil metros quadrados não possui autorização dos órgãos competentes para loteamento, não tem pavimentação, topos de morros foram ocupados, proibido pela legislação ambiental, e a lagoa existente no local sofreu intervenções para ser ampliada. Os fiscais constataram ainda a existência de um bota-fora às margens da lagoa. Também foi feita a notificação e o empreendedor terá 20 dias para apresentar sua defesa.

A operação é realizada pelo Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada (CGFAI), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), com o objetivo de impedir loteamentos irregulares, para que o crescimento da região ocorra de forma ordenada e sustentável. Todas as notificações e autos de fiscalização serão encaminhados ao Ministério Público.

### Fiscalização prossegue

---

A operação de fiscalização, que teve início na segunda-feira (22/09), prossegue até sexta-feira (26/09) vistoriando empreendimentos imobiliários nos municípios de Lagoa Santa,

